

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

FLÁVIO HENRIQUE SILVA MARIA (nUSP 11844260)
NICOLAS RAPOSO SILVA (nUSP 11769714)
MARIA CLARA DE OLIVEIRA (nUSP 11850886)
RAVI NESTERIUK SILVA GALLO (nUSP 11769721)

GRÊMIOS ESTUDANTIS E GOVERNO ABERTO:
Papel dos Grêmios na perspectiva escolar dentro de uma Gestão Democrática

São Paulo
2023

FLÁVIO HENRIQUE SILVA MARIA (nUSP 11844260)
NICOLAS RAPOSO SILVA (nUSP 11769714)
MARIA CLARA DE OLIVEIRA (nUSP 11850886)
RAVI NESTERIUK SILVA GALLO (nUSP 11769721)

GRÊMIOS ESTUDANTIS E GOVERNO ABERTO:

Papel dos Grêmios na perspectiva escolar dentro de uma Gestão Democrática

Trabalho apresentado à disciplina de Governo Aberto
(ACH3778) da Escola de Artes, Ciências e
Humanidades da Universidade de São Paulo como
requisito parcial para a obtenção de nota.

Orientadores: Prof.^a Dr.^a Gisele da Silva Craveiro
Me. Wagner Luiz Taques da Rocha

São Paulo
2023

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 METODOLOGIA	7
3 CONTEXTUALIZANDO	10
3.1 BREVE HISTÓRICO AO CENÁRIO ATUAL	10
3.2 POTENCIAIS DESSES ESPAÇOS	14
3.3 DESAFIOS DESSES ESPAÇOS	15
3.4 GRÊMIOS ESTUDANTIS NA CIDADE DE SÃO PAULO	18
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS	21
4.1 VISÕES E MOTIVAÇÕES SOBRE TER E ESTAR EM UM GRÊMIO	23
4.1.1 Uma organização que é a voz dos alunos	23
4.1.2 Potencial na educação política e cidadã	24
4.1.3 Potencial de desenvolvimento acadêmico e de crescimento pessoal	26
4.2 DESAFIOS RELACIONADOS À ATUAÇÃO DOS GRÊMIOS	27
4.2.1 Perfis diferentes de gestão	27
4.2.2 Papel do(a) orientador do grêmio	29
4.2.3 Desafios de um contexto mais amplo	31
4.3 COLABORAÇÃO DOS GRÊMIOS NA POLÍTICA E PRÁTICA EDUCACIONAL	32
4.3.1 Participação em eventos	32
4.3.2 Atuação com autonomia de ação e posição	34
4.3.3 Uso do recurso do Programa Municipal de grêmios e outros recursos	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se ampliado e estimulado a criação de grêmios estudantis nas escolas da rede pública de ensino. A título de exemplo, no ano de 2019 houve um crescimento de quase 60% no número de escolas municipais de São Paulo, de ensino fundamental e ensino médio (cerca de 577), que contavam com esta entidade estudantil (SÃO PAULO, 2019). Já mais recentemente, em maio de 2023, essa importância continua valendo, ampliou-se, e se demonstra, por exemplo, pelo fato de que mais de 500 chapas de grêmios foram eleitas para estarem atuando nas escolas paulistanas (SÃO PAULO, 2023). Em outras palavras, isso nos diz que praticamente a totalidade das escolas públicas municipais dos anos supracitados conta com alunos envolvidos neste tipo de atividade.

A pauta tem se demonstrado um objeto relevante na agenda paulistana não só pelo seu aspecto quantitativo, mas também pelo normativo, sendo este último também motivo de influência para os números. Nesse sentido, cabe destacar a instituição, por meio do Decreto Municipal nº 58.840 de 3 de Julho de 2019, do Programa Grêmios Estudantis na Rede Municipal de Ensino de São Paulo. No documento são estabelecidas as diretrizes do programa, as competências desta modalidade de entidade estudantil e também alguns procedimentos para sua criação e manutenção. Em seu artigo primeiro, o decreto indica ainda que tal programa terá como objetivo “fomentar a participação dos estudantes no cotidiano da unidade escolar, bem como incentivar o exercício da cidadania e o engajamento democrático” (SÃO PAULO (SP), 2019).

O objetivo pretendido com este programa trata-se de algo muito alinhado ao que se espera do potencial que esses espaços podem ter para os jovens que dele fazem parte e também para a escola à qual ele está vinculado. Tal potencial é ainda demonstrado, ou defendido, na literatura. Nesse sentido, autores irão apontar que grêmios são incentivos à participação ativa e a promoção de uma educação democrática (FIGUEIRÔA e MIRANDA, 2021). Além disso, poderiam constituir-se como espaços de construção e aprimoramento de formação humana para além do espaço da sala de aula (CARLOS, 2006). Todos esses aspectos, mas sobretudo os primeiros, têm possibilidades ainda dentro do que Coppi (2021) irá tratar como “escola democrática”. Para este autor, as escolas têm um grande potencial de atuarem na politização de seus alunos, entretanto, elas não estariam cumprindo este papel a partir de seu modelo vigente. Para ele, então, seriam necessárias “mudanças metodológicas no sistema escolar para proporcionar aos educandos um ambiente em que seja possível praticar a

democracia” (COPPI, 2021). Os grêmios estudantis poderiam então ser um caminho para na busca por esse ambiente?

Quando se fala de democracia, um dos seus mecanismos de fortalecimento e interdependência diz respeito à instituição de um Governo Aberto. No memorando sobre Transparência e Governo Aberto, o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama — um dos maiores responsáveis pela popularização do movimento — expressa que “a abertura fortalecerá nossa democracia e promoverá eficiência e eficácia no governo” (OBAMA, 2009, tradução nossa). Entretanto, não só com a busca por democracia, ou o seu fomento e prática, se relacionam os grêmios aos temas de abertura de governo. No mesmo memorando, serão citados alguns critérios, sobretudo dois deles, que o governo deve ter para que não seja fechado e possam ser estimulados dentro desta lente de governo aberto.

O primeiro destes tópicos diz que o governo deve ser participativo, nesse sentido, é indicado que os cidadãos devem ser engajados para melhorar as decisões dos serviços públicos e a participação das políticas públicas. Sendo os grêmios entidades que, em sua essência, iriam contribuir para propor melhorias nas instituições de ensino ao mesmo tempo em que há um exercício de apropriação de conhecimentos sobre como funcionam as instituições, haveria forte relação com o tópico da participação, tópico este também apresentado, e relacionado sobretudo no seu estágio de empoderamento, com um dos princípios de Governo Aberto no livro de Cruz-Rubio (2015). O segundo tópico, também do memorando, fala que o governo deve ser colaborativo, nesse sentido, grêmios também possuem potencial de atuar como colaboradores do processo de gestão do ensino e sua qualidade uma vez que podem de maneira constante estar avaliando, sob uma perspectiva diferente e de usuário, como está sendo a execução de serviço, e, para além disso, atuando diretamente no empreendimento das mudanças que acharem necessárias junto à escola ou até mesmo secretarias de educação. A colaboração, nesse sentido, é ainda reforçada por Noveck (2010, tradução nossa), ao falar que “ela oferece um enorme retorno potencial na forma de um governo mais efetivo” e que “um governo eficaz, por sua vez, se traduz em melhor tomada de decisão e resolução de problemas mais ativa” (NOVECK, 2010, tradução nossa).

Fica claro, portanto, a vasta gama de contribuições que os grêmios estudantis poderiam oferecer, não só a educação política de seus membros e seus representados (demais discentes), mas também a nossa democracia e ao estabelecimento de políticas públicas, mais notadamente naquelas que dizem respeito à educação. No entanto, apesar disso, a literatura existente sobre o tema também indica uma série de problemas que estariam relacionados à prática destas entidades estudantis, contrastando assim com a idealização que normalmente se

tem desses espaços. Alguns desses problemas são a participação não efetiva, o funcionamento alinhado a concepções e desejos neoliberais, o protagonismo limitado em decisões, as atividades pouco revertidas em ações de melhoria do ensino e mais relacionadas à realização de eventos, a pouca apropriação de conhecimento sobre a própria atuação da entidade, o grêmio apenas como instrumento de tutela da juventude, a pouca motivação para participação, as atividades guiadas de cima para baixo pela gestão escolar, a romantização do “caráter revolucionário” do jovem, entre outros fatores (AMARO e QUADRO, 2016; BOUTIN, 2021; MENEZES, 2020; OLIVEIRA et al., 2022; SANTOS e SERVI, 2022; SILVA e SANTOS, 2019; ZAMBON e SANTOS, 2019). Estudando mais especificamente o caso de uma escola da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo, Idelbrando (2012) indicará que a gestão escolar, ao não incluir o grêmio como um órgão instituído, “expressou uma perspectiva de tutela e reprodução sem estimular a ampliação de participação política”.

É notório, portanto, que, na mesma proporção de benefícios esperados por este modelo participativo e colaborativo de atuação dos estudantes, estão os desafios ainda frente à instituição deste para que ele de fato se concretize e possa efetivamente fazer jus aos adjetivos que o qualificam. Nesse sentido, e buscando compreender essa relação entre benefícios-desafios, é que o presente trabalho terá como objetivo responder a pergunta de “como os grêmios estudantis podem e têm contribuído para a prática de educação política e de uma escola democrática no ensino básico paulistano?”

Para responder a esta pergunta, o presente trabalho tem como objetivo buscar aportes na literatura, fazendo uma associação direta ainda não existente nessa entre grêmios estudantis e governo aberto. Além disso, foram feitas, e posteriormente analisadas, entrevistas com pessoas que lidam com a temática de grêmio em diferentes perspectivas: da gestão pública, da direção de uma escola pública da rede municipal de ensino de São Paulo, e membros de grêmio estudantil da mesma escola. Por meio dessas entrevistas e o aprofundamento em uma unidade de ensino específica foi possível também realizar um estudo de caso, desta forma, por não significar uma amostra representativa, as considerações feitas serão dadas a partir de como o caso estudado se relaciona com o que foi observado na literatura e também como seus potenciais e desafios se articula com governo aberto. Para abranger tais pontos, o trabalho conta, primeiro, com esta introdução, em seguida é detalhada a metodologia e caminho adotados. Depois, é feita uma contextualização sobre os grêmios estudantis em âmbito geral e local, bem como de suas potencialidades e desafios, à luz da bibliografia existente. Na penúltima seção são apresentados e debatidos os resultados das entrevistas realizadas e, por fim, são feitas as considerações articulando o que foi apresentado.

2 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos descritos na introdução, foi traçada uma metodologia que buscará entender se a atuação de grêmios estudantis tem caminhado no atendimento de seu potencial de ser um facilitador para implementação de escolas democráticas, maior participação, colaboração e contato com uma educação política. Tal metodologia consiste, primeiro, em uma revisão da literatura a respeito da atuação de grêmios estudantis, segundo, um estudo de caso, mais aprofundado de uma escola da rede municipal de ensino paulistana.

Com relação a revisão da literatura a respeito do tema, foi feita uma pesquisa nas seguintes bases de dados: Scielo, Google Acadêmico, Periódicos CAPES e no próprio buscador Google, com objetivo de encontrar artigos, cartilhas, dissertações, leis, decretos e notícias com o tema dos Grêmios para a pesquisa. Para tal pesquisa, foram utilizados os seguintes critérios de seleção, apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Critérios de seleção de documentos

Critérios de inclusão	Critérios de exclusão
Textos focados em Grêmios no Ensino Básico no Brasil.	Documentos que não se aplicam ao foco da pesquisa sobre Grêmios Estudantis.
Notícias, Decretos e documentos com referência aos Grêmios Estudantis no município de São Paulo.	Exclusão de documentos não acadêmicos que não agregam para entendimento da realidade do município de São Paulo.

Fonte: Elaborado pelos autores

Além dos documentos disponíveis na internet, também foram feitas solicitações ao Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-sic) da Prefeitura de São Paulo tendo como embasamento legal a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). Na solicitação foram requeridas informações sobre o Programa de Transferência de Recursos Financeiros (PTRF) — programa pelo qual são destinados os recursos municipais aos grêmios — para o ano de 2022, e, de maneira mais específica, a listagem das atividades desenvolvidas com esse recurso por cada grêmio da cidade. Além desta informação, também foram pedidos dados referentes a composição de tais grupos, como, por exemplo, dados de número de integrantes e gênero, raça e idade de seus membros. Vale salientar que, da forma como foram solicitados os dados, estes não envolviam informações potencialmente sensíveis.

Como resposta a esta solicitação, que chegou transcorridos 30 dias, o que se recebeu foi uma planilha com número de processos de cada uma das escolas da rede de ensino e também uma orientação de como poderiam ser consultados tais processos. Como eram muitos os documentos gerados, escolheu-se apenas uma unidade de ensino (a mesma do processo de entrevistas) para visualizar quais informações poderiam ser extraídas do que foi disponibilizado. Nesta visualização, percebeu-se que em sua maioria tratava-se de prestação de contas e notas fiscais de produtos e serviços adquiridos pela unidade. Desta forma, por não conter um nível de detalhamento ou, por exemplo, atas que dessem possibilidade de entender como foi a discussão e execução do uso de recurso específico dos grêmios, esses documentos não foram utilizados para compor a análise. Vale ressaltar ainda a ausência de retorno para os demais dados solicitados, como perfil daqueles que fazem parte das entidades estudantis.

A segunda estratégia metodológica adotada, então, foi a realização de entrevistas semiestruturadas. Para tais entrevistas foi elaborado um roteiro diferente para cada um dos perfis entrevistados, no entanto, as perguntas, ainda que distintas, diziam respeito a aspectos semelhantes para a análise, aspectos esses que depois virarão seções no capítulo de análise das entrevistas. Os perfis selecionados para compor essa análise foram: um representante da gestão pública, mais especificamente da Divisão de Gestão Democrática e Programas Intersecretariais (DIGP), um diretor e quatro gremistas de uma mesma escola. Os perfis de tais pessoas podem ser consultados na Tabela 2 mais abaixo.

Para a seleção da escola, o processo se deu basicamente de forma voluntária em participar por parte desta. De maneira mais detalhada, primeiro, foi consultada a Portaria da Secretaria Municipal de Educação (SME) nº 3.376 de 6 de Junho de 2022 a qual especificava as escolas que estavam aptas a receber os recursos do PTRF. Depois, foram listadas escolas de duas Diretorias Regionais de Ensino (DRE) que possuíam mais escolas. Por meio de dados abertos da SME foram listados também os emails. Com tais dados organizados, foram disparados e-mails que continham convites que continham tanto uma solicitação de dados que elas possuíam disponíveis, como atas, que pudessem auxiliar a pesquisa quanto um convite que, aquelas que tivessem interesse, estivessem contribuindo com as entrevistas. Dos 98 emails enviados, apenas duas unidades de ensino se dispuseram a colaborar. Destas selecionamos uma pela forma como a demanda foi recebida. Dado o prazo que se teria, quanto mais aberta a ajudar estivessem as pessoas de interesse para pesquisa, melhor proveito poderia se ter da análise a ser feita para compor o estudo de caso. No entanto, entende-se que tal escolha metodológica pode ter interferência nos resultados, conforme será apresentado nas considerações finais deste trabalho.

Tabela 2 - Perfis das pessoas entrevistadas (anonimizadas)

Entrevistado(a)	Descrição
Representante da DIGIP	Pessoa da Divisão de Gestão Democrática e Programas Intersecretariais responsável por fazer a gestão do Prog. Municipal de Grêmios Estudantis.
Diretor da Escola	Diretor da escola que deu retorno. Ele atua há 9 anos no cargo e é grande entusiasta de uma gestão democrática.
Gremista 1	Garoto do 9º ano que entrou este ano na escola, é representante de sala e participou de grêmios antes em outras escolas.
Gremista 2	Garota do 9º ano que entrou depois no grêmio e não é representante de sala, mas já está na escola há um tempo.
Gremista 3	Garota do 9º ano que foi a única menina a participar da eleição para representante e teve uma experiência anterior no grêmio, saiu e depois retornou.
Gremista 4	Garota do 9º ano que é presidente do grêmio na atual gestão e estava na escola desde o seu início

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme é possível de ser observado na Tabela 2, os dados dos participantes foram anonimizados para preservar a identidade destes, uma preocupação que se deve sobretudo ao cuidado que se deve ter com a integridade dos menores de idade que construíram com o estudo realizado. Após a realização e gravação das entrevistas, que foi presencial apenas junto ao grupo de gremistas, as falas foram transcritas e, mais uma vez, foram alterados ou excluídos quaisquer menções que pudesse comprometer a anonimização de quem estava falando. Por fim, como já foi anteriormente mencionado, as respostas dadas foram todas agrupadas em três blocos temáticos que ajudam a organizar a análise a ser feita. Nesse processo foram buscadas conexões e contrastes entre as perspectivas dos participantes bem como com a revisão bibliográfica, esta que será feita no capítulo seguinte.

3 CONTEXTUALIZANDO

3.1 BREVE HISTÓRICO AO CENÁRIO ATUAL

O movimento estudantil no Brasil, segundo consta no histórico da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, remonta aos seus primórdios em 1901, com a criação da Federação dos Estudantes Brasileiros, pioneira no país, embora tenha tido uma atuação de curta duração. Em seguida, em 1902, foi fundado o primeiro Grêmio Estudantil brasileiro em São Paulo, que possuía uma abordagem recreativa voltada para o esporte, cultura e lazer. A rápida expansão do número de escolas nas primeiras décadas do século acompanhou o desenvolvimento igualmente acelerado da organização coletiva dos jovens estudantes, que desde o início estavam engajados nas principais questões do país.

A partir da Revolução de 1930, quando o cenário nacional se tornou mais politizado, os estudantes passaram a atuar de maneira mais firme em organizações como a Juventude Comunista e a Juventude Integralista. Com a nova Constituição brasileira em vigor, que tornou o ensino primário obrigatório em todo o país, ocorreu uma expansão da rede de ensino e um maior aperfeiçoamento do movimento secundarista, resultando no surgimento das primeiras entidades municipais e estaduais.

A fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937 desempenhou um papel crucial no impulsionamento desse processo. Embora tenha sido criada inicialmente para representar os estudantes universitários, a UNE sempre acolheu os secundaristas, permitindo que estes também participassem da construção da entidade. Durante o período da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), os jovens estudantes foram fundamentais na resistência contra o regime autoritário, bem como no combate ao nazifascismo no país.

No calor dos conflitos e protestos, em 1942, estudantes universitários e secundaristas ocuparam a sede do Clube Germânia, localizado na Praia do Flamengo, 132, no Rio de Janeiro, que era conhecido por ser um reduto de militantes nazifascistas. Em um movimento significativo, o presidente Vargas concedeu o prédio ocupado para ser a sede da UNE naquele mesmo ano.

A primeira grande luta da UBES após sua fundação foi contra o aumento das taxas escolares, em 1950, que provocou uma greve geral no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 1956, a entidade elegeu Helga Hoffmann como sua primeira presidenta, demonstrando seu caráter vanguardista. Nesse mesmo ano, os estudantes secundaristas lideraram a célebre Revolta dos Bondes no Rio de Janeiro, lutando contra o aumento da tarifa e pela melhoria do transporte público (UBES).

Entre o final da década de 1950 e início dos anos 1960, o movimento estudantil, representado pela UBES, fortaleceu-se e assumiu um papel protagonista no campo progressista e nas lutas populares. Durante a Campanha pela Legalidade em 1961, os estudantes tiveram um papel central ao transferir a sede das entidades estudantis para Porto Alegre, garantindo a posse de João Goulart na presidência após a renúncia de Jânio Quadros. Em 1964, a juventude participou ativamente das Reformas de Base lideradas por Jango, sendo uma força essencial no Comício da Central do Brasil. (UBES).

Com a projeção nacional conquistada, os secundaristas foram duramente reprimidos pelo golpe militar de 1964, que resultou no incêndio e fuzilamento da sede dos estudantes em 1º de abril de 1964. Durante a ditadura militar, a UBES e os grêmios estudantis foram colocados na ilegalidade pela Lei Suplicy de Lacerda. A década de 1970 foi um período desafiador para a UBES, com todos os seus dirigentes sendo obrigados a entrar na clandestinidade, fugir do país, ser presos ou mortos. A entidade enfrentou momentos difíceis, mas resistiu através da organização nos centros cívicos nas escolas. (UBES).

Na década de 1980, os secundaristas foram os protagonistas da campanha "Diretas Já!" Nas ruas do país, desempenhou um papel fundamental na eleição de Tancredo Neves para presidente, após 21 anos de ditadura militar, em 1985. Nesse mesmo período, a UBES comemorou a aprovação da Lei do Grêmio Livre, que reabriu os grêmios estudantis nas escolas brasileiras. A luta pela democracia e pela reconstrução da entidade também marcou esse período. (UBES).

Durante a década de 1990, a UBES resistiu contra o projeto neoliberal, lutando contra as privatizações em setores estratégicos do país e o sucateamento da educação nacional nos governos Fernando Henrique Cardoso. A entidade também reivindicou a expansão e reformulação do ensino técnico, e lutou por outros direitos estudantis, como a meia-entrada em eventos culturais e esportivos. (UBES).

Nos governos de Lula e Dilma, o movimento estudantil recuperou o diálogo com o poder público, conquistando vitórias importantes, como a reserva de vagas para estudantes de baixa renda nas universidades e a Lei de Cotas. No entanto, os secundaristas continuaram enfrentando desafios e lutando por uma educação de qualidade, o uso de 10% do PIB para a educação, entre outras pautas, como evidenciado pela própria UBES.

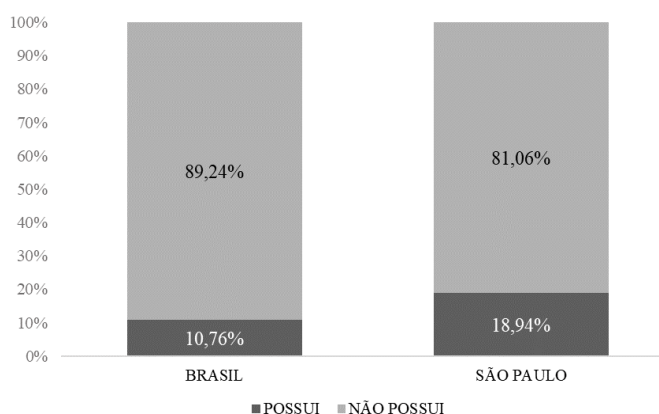
Observa-se então que as mobilizações dos grêmios estudantis pelos direitos estudantis têm sido uma parte fundamental da história do movimento estudantil no Brasil. Além das movimentações e articulações mencionadas, cabe destacar ainda algumas conquistas importantes. Uma delas foi a garantia à meia-entrada para estudantes em eventos culturais. A

luta pelo direito à meia-entrada remonta ao final da década de 1940, quando estudantes brasileiros começaram a reivindicar descontos em atividades culturais, como cinemas e teatros. O movimento estudantil organizou manifestações, protestos e campanhas de conscientização para chamar a atenção da sociedade e do poder público para a importância da meia-entrada para os estudantes. Em 1992, a Lei da Meia-Entrada (Lei Estadual de São Paulo nº 7.844) foi promulgada, garantindo a concessão de meia-entrada em eventos culturais, esportivos e de entretenimento para estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino, sendo um marco importante para a representatividade estudantil e a conquista desse direito.

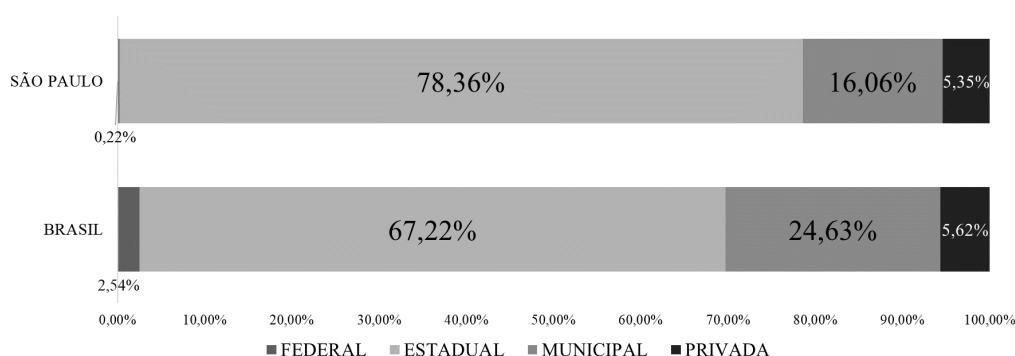
Outra conquista relevante foi a do direito de passagem gratuita para estudantes de baixa renda. A reivindicação do passe livre estudantil no transporte público também tem origens antigas, datando da década de 1980. Grêmios estudantis em todo o país lideraram manifestações, ocupações e paralisações em busca do passe livre no transporte público para estudantes, defendendo que o acesso ao transporte é fundamental para a garantia do direito à educação e à mobilidade social. Em alguns estados e municípios, as mobilizações estudantis foram bem-sucedidas, resultando na implementação de leis ou políticas que concedem o passe livre no transporte público para estudantes regularmente matriculados. Apesar de algumas conquistas regionais, ainda não há uma política de passe livre estudantil em nível federal.

Voltando-se agora o olhar mais para a contemporaneidade e também para um lente de análise mais relacionado a números, o Gráfico 1 e o Gráfico 2 apresentam e comparam um pouco do cenário dos grêmios estudantis no Brasil e em São Paulo. Ambos foram elaborados com base em dados do censo escolar mais recente, o censo de 2022. Com relação ao primeiro, o que se observa é que, tanto no nível nacional quanto no município trabalhado, a adesão de escolas pelas unidades escolares, ainda que tenha mostrado um crescimento (conforme ilustrado na Introdução deste trabalho), se mostra bastante escassa. Em nenhum dos dois casos se tem mais de 20% da amostra de escolas que responderam possuir esse tipo de entidade estudantil dentro da sua gestão. Portanto, há ainda um espaço grande de possibilidades para aquelas que ainda não adotaram.

Fazendo uma análise agora do perfil destes grêmios no que tange a dependência administrativa, o que se observa é, também no caso nacional e municipal, uma predominância de grêmios estudantis que são de escolas estaduais. Uma possível explicação para isso está na própria composição do sistema educacional brasileiro. Neste, os estados são os principais responsáveis pelo ensino fundamental II e ensino médio, sendo assim, pelos grêmios terem sobretudo alunos neste nível de ensino, o resultado encontrado é esperado.

Gráfico 1 - Percentual de escolas com grêmios estudantis no Brasil e São Paulo (2022)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Censo Escolar (2022)

Gráfico 2 - Percentual de grêmios estudantis por tipo de dependência administrativa no Brasil e em São Paulo (2022)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Censo Escolar (2022)

Apesar de serem dados úteis por terem sido dados a partir de autodeclaração das escolas, as informações trazidas acima por meio dos gráficos podem não estar totalmente fidedignos à realidade. Um exemplo bastante claro disso é que, segundo o Censo Escolar de 2022, o município de São Paulo possuía apenas 222 escolas geridas pela administração municipal com grêmio. Entretanto, se lida a Portaria da Secretaria Municipal de Educação (SME) nº 3.376 de 6 de Junho de 2022, mencionada no capítulo de metodologia deste trabalho, observa-se que, no ano de 2022, 375 escolas receberam o recurso que deveria ser destinado a ações de grêmios estudantis. De todo modo, eles nos ajudam a entender de que forma e em que intensidade estão distribuídos estes órgãos colegiados. Agora, cabe entender, qual o potencial que estão perdendo aquelas que não possuem tais órgãos e quais desafios passam aquelas que os possuem, com base na literatura. Essa é a proposta a ser desenvolvida nas duas seções seguintes.

3.2 POTENCIAIS DESSES ESPAÇOS

O protagonismo juvenil desempenha um papel fundamental e essencial como potência gremista e escolar, pois representa a valorização da voz e da participação ativa dos estudantes no âmbito escolar. Ao promover o protagonismo juvenil nos grêmios estudantis, cria-se um espaço propício para que os jovens exerçam sua cidadania de forma plena e se tornem agentes de mudança na escola e na comunidade.

Ao assumirem posições de liderança e responsabilidade no grêmio, os jovens são incentivados a desenvolver habilidades de gestão, organização e comunicação, o que contribui significativamente para a formação de líderes e cidadãos mais comprometidos e conscientes de seus papéis na sociedade. Além disso, o protagonismo juvenil estimula a criatividade, o pensamento crítico e a capacidade de solucionar problemas, características cruciais para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Segundo o autor Antônio Carlos Gomes da Costa, “O Protagonismo Juvenil, enquanto modalidade de ação educativa, é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso.” (COSTA, 2000). Sendo assim, fundamental promover ações de protagonismo, tendo o grêmio como potência estudantil para a formação de cidadãos autônomos, capazes de participar construtivamente na sociedade.

Nesse contexto, a gestão democrática escolar assume um papel crucial ao valorizar a autonomia dos diferentes atores educacionais, como professores, estudantes, pais, gestão, equipe pedagógica e demais funcionários. A mesma atua com seus elementos constitutivos, sendo eles, a participação, autonomia, pluralismo e transparência. A gestão democrática atua rompendo bases estratificadas de poder da escola, apresentando a possibilidade de participação de entes como estudantes, mostrando assim a importância da presença gremista no ambiente escolar.

Rompendo bases e apresentando a gestão conjunta para a escola, como diz Veiga (2004, p 19.):

A gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tudo em vista de sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora. (VEIGA, 2004, p. 19)

A participação de todos esses agentes na gestão da escola, na elaboração do Projeto Pedagógico e nos conselhos escolares é encorajada, mostrando a importância do Grêmio Estudantil dentro da construção pedagógica.

O Grêmio Estudantil é uma das formas de implementar o protagonismo juvenil no ambiente escolar, desempenhando um papel significativo no desenvolvimento da liderança e capacidade dos estudantes de tomar decisões. Trata-se de um espaço onde os estudantes têm a oportunidade de discutir e debater sobre seus direitos e deveres, trabalhando de forma prática sua cidadania.

Ao participar ativamente do Grêmio Estudantil, os jovens fortalecem seu protagonismo não apenas dentro da escola, mas também fora dela, na comunidade local. Por meio dessa iniciativa, os estudantes têm a oportunidade de enfrentar desafios e buscar soluções para questões relevantes, como altos índices de violência, abandono escolar e carência de eventos culturais. O envolvimento dos estudantes nesses temas contribui para o desenvolvimento integral de seu potencial, tanto no contexto educacional quanto no social.

Em suma, o Grêmio Estudantil é uma ferramenta importante para a promoção do protagonismo juvenil, uma vez que possibilita aos estudantes a construção de sua identidade como cidadãos críticos e participativos. Ao se envolverem nesse tipo de iniciativa, os jovens se tornam agentes ativos na resolução de problemas e na busca por uma educação de qualidade, alinhada com o propósito de colaborar e transformar o meio social em que estão inseridos. Essas ações contribuem para a formação de uma sociedade mais participativa, consciente e comprometida com o bem comum.

3.3 DESAFIOS DESSES ESPAÇOS

O Grêmio Estudantil, como entidade autônoma representativa dos interesses dos estudantes, desempenha um papel crucial na educação brasileira e sua gestão. No entanto, sua organização e funcionamento frequentemente enfrentam diversas problemáticas que requerem atenção e reflexão. Neste contexto, a literatura indica para algumas das questões enfrentadas pelo Grêmio Estudantil, como já citado na introdução deste trabalho: a participação não efetiva, o funcionamento alinhado a concepções e desejos neoliberais, o protagonismo limitado em decisões, as atividades pouco revertidas em ações de melhoria do ensino e mais relacionadas à realização de eventos, a pouca apropriação de conhecimento sobre a própria atuação da entidade, o grêmio apenas como instrumento de tutela da juventude, a pouca motivação para participação, as atividades guiadas de cima para baixo pela gestão escolar, a

romantização do “caráter revolucionário” do jovem, entre outros fatores (AMARO e QUADRO, 2016; BOUTIN, 2021; MENEZES, 2020; OLIVEIRA et al., 2022; SANTOS e SERVI, 2022; SILVA e SANTOS, 2019; ZAMBON e SANTOS, 2019).

Ao utilizar essas literaturas como base, foi possível observar desafios perante a gestão do ensino, muitas vezes a autonomia do estudante acaba sendo retirada com ações da diretoria, o deixando sem o princípio ativo da participação e ação dentro da gestão democrática que é fomentada em seu ambiente acadêmico, assim visto na bibliografia de estudo:

O processo de dinamização e de regulamentação estimulado por essa Diretoria não propiciou, concretamente, garantias de ampliação da representatividade política dos estudantes; ao contrário, as relações de poder decorrentes desse tipo de organização e normatização, ainda que tenham possibilitado a manifestação dos sujeitos no interior das unidades escolares, fizeram com que estes seguissem regulamentações externas com vistas à internalização e à obediência às leis estabelecidas, o que contradiz a essência do próprio conceito de participação política e de protagonismo inerente aos Grêmios Estudantis, posto que direciona e controla os estudantes para aquilo que deverão fazer, tornando-se meros cumpridores de tarefas. (OLIVEIRA; SILVA, LUIZ, 2022).

Vendo de maneira explícita como a gestão democrática e a atuação do grêmio e seu potencial aparece sem conhecimento real da comunidade escolar, colocando assim o estudante apenas como cumpridor de seu papel como aluno e não como ser atuante na vida da comunidade escolar, aquele que consome o que está disponível sendo ator de ação para melhorias e afirmações naquele ambiente. Constatou-se que a falta de conhecimento sobre os reais benefícios que esta instância tem para que a gestão democrática é um impasse a ser superado para que a formação cidadã aconteça de forma efetiva no espaço escolar (AMARO; QUADROS, 2016).

A escola que se abre para a atuação do grêmio, permitindo que os alunos contribuam com a sua dinâmica, está construindo um espaço de diálogo. E se a comunidade escolar adotar esses espaços como regra de funcionamento e manifestá-los de forma cotidiana e em diversas esferas, ela estará permeada por uma cultura de participação democrática, possível de ser percebida em várias faces de seu universo. Com essa abertura, todos terão a oportunidade de criar uma nova realidade na escola, condizente com a identidade daqueles que a frequentam (RIO DE JANEIRO, 2013, p. 7).

Os grêmios estudantis enfrentam uma problemática significativa relacionada à discrepância entre suas atividades e ações voltadas para aprimorar o ambiente educacional e a concentração predominante em eventos de lazer e esporte. Apesar dos benefícios indiscutíveis de atividades recreativas para o desenvolvimento integral dos estudantes, percebe-se uma lacuna preocupante no cumprimento do papel primordial do grêmio, que é representar os interesses acadêmicos dos alunos e impulsionar melhorias no ensino. O excessivo enfoque em eventos festivos pode desviar a atenção do potencial transformador do grêmio como um agente catalisador de mudanças positivas no contexto educativo. Apresentando assim, ações que são julgadas não transformadoras dentro do ambiente estudantil, mostrando uma certa limitação na ação desses grêmios:

A Diretoria de Ensino solicitava que os estudantes gremistas elaborassem uma espécie de Plano de Ação. A análise desses planos permitiu traçar um perfil da atuação dos Grêmios na região: 30% programaram atividades esportivas; 29% voltavam à organização da rádio escolar e a festas comemorativas; 27% visavam a promoção de eventos culturais; e 14% promoviam atividades de melhoria do ensino. (OLIVEIRA; SILVA, LUIZ, 2022).

Nesse sentido, é imperativo reavaliar a atuação dessas organizações estudantis, buscando equilibrar a promoção de eventos de lazer e esporte com ações concretas para a melhoria do ensino, como o incentivo à participação em debates acadêmicos, a criação de projetos de apoio pedagógico e o engajamento na luta por recursos educacionais mais adequados. Somente por meio dessa reorientação estratégica será possível otimizar a relevância e o impacto dos grêmios estudantis na construção de um ambiente escolar mais enriquecedor e propício à formação integral dos estudantes.

Por fim, é relevante considerar a influência do neoliberalismo e do gerencialismo nas dinâmicas do Grêmio Estudantil. A ênfase na gestão, no empreendedorismo e na responsabilidade individual molda a forma como os membros são incentivados a participar e contribuir para o Grêmio. A busca por uma gestão eficiente e produtiva pode, por vezes, priorizar a lógica do mercado em detrimento dos valores democráticos e da participação coletiva (SANTOS e SERVI, 2022; ZAMBOM e SANTOS, 2019)

O Grêmio Estudantil enfrenta múltiplas problemáticas que requerem reflexão e ação contínua para aprimorar seu funcionamento e garantir a representação adequada dos interesses dos estudantes. Uma abordagem mais democrática e inclusiva, aliada à conscientização sobre as influências do neoliberalismo, pode contribuir para fortalecer o papel do Grêmio na

promoção da participação estudantil e na defesa dos direitos dos estudantes no ambiente escolar e na própria vida pública que o cerca e o espera.

3.4 GRÊMIOS ESTUDANTIS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Na cidade de São Paulo, é por meio do Decreto Nº 58.840, de 3 de julho de 2019, que são estabelecidas as diretrizes para a implementação do Programa Grêmios Estudantis nas escolas da rede municipal de ensino. De seu objetivo, depreende-se que ele visa promover o protagonismo juvenil, incentivar a participação democrática dos estudantes e fortalecer os grêmios estudantis como espaços de representação estudantil nas escolas. No entanto, é importante notar que o programa, utilizado como base para o presente trabalho, está definido por meio de um decreto, e não de uma lei. Tanto as leis quanto os decretos são instrumentos normativos utilizados para regulamentar a vida em sociedade. Porém, existem diferenças significativas entre eles em relação ao processo de elaboração, hierarquia, âmbito de aplicação e conteúdo. O decreto possui menor força normativa para assegurar os direitos dos governados, devendo ser compreendido dessa maneira, uma vez que não passa pelo processo de discussão e aprovação legislativa. Ele é simplesmente elaborado e assinado pelo chefe do executivo, podendo ser facilmente revogado. Em contrapartida, o processo de elaboração da lei, denominado processo legislativo, requer elaboração, discussão e votação pelos parlamentares antes da promulgação por parte do executivo. A distinção mais significativa entre a lei e o decreto reside no fato de que a lei impõe obrigações, enquanto o decreto não tem esse poder coercitivo. Portanto, dado o ato normativo que orienta o Programa Grêmios Estudantis, as direções das escolas municipais possuem o poder de definir se haverá ou não um grêmio estudantil em sua instituição, limitando o movimento estudantil que, poderia ser obrigatoriedade nas escolas da cidade de São Paulo.

O decreto define claramente as atribuições e responsabilidades dos grêmios estudantis, especificando que eles devem ser formados por estudantes regularmente matriculados nas unidades de ensino e que tenham interesse em participar das atividades do programa. Esses estudantes são eleitos democraticamente pelos seus pares, em processos eleitorais realizados nas próprias escolas, e escolhem a definição de suas atribuições e responsabilidades. O documento também estabelece que os grêmios estudantis devem atuar como instâncias de participação e representação dos estudantes, buscando promover o diálogo, a escuta ativa e o respeito às diversidades presentes na comunidade escolar. Além disso, os grêmios têm a responsabilidade de propor ações, atividades e projetos que contribuam para a melhoria da

qualidade da educação e do ambiente escolar. Tais objetivos, conforme constam no decreto, são apresentados abaixo:

Art. 4º Compete ao Grêmio Estudantil: I - defender, com responsabilidade e nos limites da legislação vigente, os interesses e a participação efetiva dos estudantes no cotidiano da escola; II - dialogar com a equipe gestora, corpo docente, demais funcionários da unidade educacional, Conselho da Escola, Comissão de Mediação de Conflitos e Associação de Pais e Mestres – APM, sempre com vistas a promover o benefício da unidade educacional e da comunidade em que se insere; III - promover atividades de cunho educacional, cultural, esportivo, cívico e social. (SÃO PAULO (SP), 2019)

Conforme é possível de ser observado no extrato do decreto apresentado acima, ainda que esse instrumento dê aos grêmios competências interessantes, que permitem que sejam interpretadas conforme foi feito no parágrafo anterior, ele ainda é bastante limitado e carrega algumas noções enraizadas quanto a atuação dessas entidades e também de estudantes. A primeira dessas noções é de que os grêmios poderiam atuar sem responsabilidade uma vez que a intenção de que aconteça o contrário disso é explicitada. Além disso, a escrita de que deve haver um diálogo com outros órgãos associados e instâncias da escola, inclusive antes da própria competência de realização de atividades, carrega em si um entendimento de que esses espaços devem ter uma atuação quase que complementar pois há um recordatório de todas as outras instâncias e pessoas as quais ele deve ter sua atuação diretamente associada.

Se por um lado, há essa preocupação com a forma como irão atuar os grêmios, por outro, o decreto prevê também, para a gestão de cada unidade escolar, as competências, em linhas gerais, de possibilitar que as atividades da entidade se desenvolvam sem empecilhos. Nesse sentido, as unidades devem prover recursos aos grêmios (sem especificar quais são esses recursos) e também livre acesso aos gremistas e suas atividades dentro deste ambiente.

Além disso, é estabelecido que a Secretaria Municipal de Educação é responsável por garantir o apoio técnico, pedagógico e financeiro para a implementação e o funcionamento dos grêmios estudantis. O Programa, ainda que não mencionado no decreto, conta ainda com um repasse financeiro no valor de 5 mil reais para os grêmios estudantis. Tal repasse tem como embasamento o disposto na Portaria SME nº 8.305 de 2019 e é uma importante medida para fortalecer a atuação dessas organizações no âmbito escolar. Reconhecendo a relevância do protagonismo juvenil e da participação dos estudantes, a administração municipal destina recursos financeiros para apoiar as atividades e projetos desenvolvidos pelos grêmios. É

responsabilidade da Diretoria Regional de Educação fiscalizar se o recurso está sendo aplicado, de fato, no orçamento dos grêmios.

O repasse financeiro, transferido via Programa de Transferência de Recursos Financeiros, tem como objetivo principal garantir que os grêmios estudantis tenham os recursos necessários para implementar suas propostas e iniciativas, promovendo ações que beneficiem toda a comunidade escolar. Esses recursos podem ser utilizados de diversas formas, como a realização de eventos culturais e sociais, a aquisição de materiais, a organização de projetos de cunho educativo e a melhoria da infraestrutura escolar.

Ao receberem o repasse financeiro, os grêmios estudantis têm a oportunidade de exercer autonomia na gestão dos recursos, aprendendo sobre a importância do planejamento financeiro, da transparência e da prestação de contas. Essa experiência contribui para o desenvolvimento de habilidades gerenciais e financeiras dos estudantes, preparando-os para a vida adulta e para a compreensão do funcionamento do orçamento público.

O programa busca criar espaços de diálogo e representação estudantil, onde os alunos possam discutir, debater e propor ações relacionadas a melhorias na escola, atividades extracurriculares, eventos culturais e esportivos, além de questões sociais relevantes, e deliberar se utilizarão o orçamento disponível para realizar as ações previamente mencionadas.

Os grêmios estudantis funcionam, então, no âmbito do programa, como uma extensão do processo educativo formal, proporcionando aos alunos experiências práticas de participação política e social. Eles são espaços nos quais os estudantes podem exercer seus direitos, aprender sobre a importância do diálogo e do respeito às diferenças, além de desenvolver competências socioemocionais fundamentais para a vida em sociedade.

Além disso, é oferecido ainda formação e acompanhamento aos integrantes dos grêmios estudantis, por meio de oficinas, palestras e atividades de capacitação. Os alunos têm a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre temas como governo aberto, democracia, direitos humanos, políticas públicas, organização de eventos, entre outros. Essa formação contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para enfrentar desafios e se tornarem agentes transformadores em suas comunidades. Conforme apresentado na introdução deste trabalho, no ano de 2023, quatro anos após a instituição do Programa Grêmios Estudantis nas escolas da rede municipal, são mais de 500 escolas participantes e regularizadas, recebendo o repasse financeiro e participando das atividades promovidas pela SME, ultrapassando mais de 2,5 milhões de reais aplicados nas transferências de recursos financeiros anualmente (SÃO PAULO, 2023).

Voltando ainda para o decreto que cria o programa, é importante reforçar que este, ainda que abra uma gama de possibilidades, é bastante simplório, sem oferecer maiores detalhes de como exatamente deve funcionar a atuação dos grêmios e quais devem ser os mecanismos de coordenação a serem adotados em cada uma das instâncias para que o programa funcione de maneira efetiva. A partir deste mesmo decreto, depreende-se que sejam mencionados alguns outros instrumentos legais existentes ou outrora adotados. Um desses instrumentos, presentes dentro das correlações do decreto são duas portarias, uma de 2020 e outra de 2021, que tratam de uma indicação para homenagem ao projeto “Grêmios Estudantis em Destaque”. Tal projeto diz respeito, pela leitura da lei a um conhecido dado a grêmios que tiveram uma atuação destacada no ano, algo que pode ser interessante como mecanismo indutor de melhorias na ponta da política, reconhecendo trabalhos de excelência. No entanto, como não foi apresentada uma portaria do tipo para o ano de 2022 imagina-se que tenha sido descontinuado o projeto.

Outro instrumento legal que é citado dentro das considerações legais que são tidas na introdução do decreto é a Lei Estadual nº 15.667, de 12 de janeiro de 2015 que trata, também de maneira ainda mais simples, ainda que seja uma lei — provavelmente para servir de base para mais instrumentos municipais, como foi o caso —, sobre criação e atuação de grêmios estudantis localizados no estado de São Paulo. Fato curioso sobre a lei e o decreto é que ambos foram, respectivamente, decretados e propostos por Bruno Covas. Isso indica que há uma relação bastante forte na atuação do ex-deputado e ex-prefeito em transformar a temática em políticas mais estruturadas. Se por um lado essa relação é boa, por permitir que a defesa se convertesse em realidade, por outro, ela pode ser perigosa no sentido da continuidade e adesão à ideia, sobretudo pensando no instrumento municipal de maior fragilidade legal.

Sobre tal instrumento mais frágil, conforme foi mostrado, ele divide as responsabilidades para três grupos de atores. Sobre essas três instâncias — grêmios, gestão escolar e área competente da SME (coordenadoria que abriga a DIGIP) —, cabe destacar, são justamente as instâncias que terão representantes entrevistados no capítulo seguinte deste trabalho. Por meio de tais entrevistas será possível entender, para além do que fala a lei e materiais disponíveis, como se dá os relacionamentos e prática dessas atuações.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Neste capítulo são apresentados os resultados e as discussões extraídos das entrevistas semiestruturadas realizadas com um representante da DIGIP, um diretor de escola pública de

ensino fundamental municipal e quatro alunos da mesma instituição objetivando assim entender a percepção de cada um deles sobre a atuação dos grêmios estudantis, seu potencial e desafios. As falas dos entrevistados foram identificadas de acordo com o papel que cada um deles desempenha dentro da rede e gestão de grêmios estudantis. No caso dos estudantes, estes foram identificados de acordo com uma codificação, prezando ainda mais pela anonimidade, por se tratar de menores de idade. Menções a organizações também foram suprimidas ou substituídas por nomes genéricos como “ESCOLA”, também no mesmo sentido de zelar pelo anonimato dos envolvidos. Para além da discussão feita neste capítulo, também foi elaborado, como forma de organizar os pontos trazidos, um quadro síntese que resume pontos das percepções encontradas, tal quadro se encontra abaixo na Tabela 3.

Tabela 3 - Quadro Síntese de Percepções de cada um dos Atores

	Representante DIGIP	Diretor da Escola	Gremistas
Visões e Motivações	Representar demandas, entendimento da importância da luta e maior contato com novas pautas	Contato com política e interesse pela vida pública	Ser voz dos estudantes, mais interesse por política e suas noções, e des. pessoal
Desafios	Sensibilizar direções e orientador disponível	Contexto amplo de educação conservadora	Maior exclusividade de professora orientadora
Colaboração com Política	Convocação dos grêmios em eventos e participação em certas decisões	Na escola tenta envolver o máximo possível, mas não acha que o mesmo ocorre nas outras instâncias	Se sentem envolvidos nas decisões, ainda que às vezes sentem que muito mais por política

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados das entrevistas realizadas

4.1 VISÕES E MOTIVAÇÕES SOBRE TER E ESTAR EM UM GRÊMIO

Conforme apresentado na literatura, são muitos os potenciais que estão relacionados a adoção de uma entidade estudantil como o grêmio nas escolas com o fim de torná-las mais democráticas. Como consequência e caminho deste processo há também um desenvolvimento dos alunos no sentido de possibilitar o contato com aspectos que são importantes ao seu desenvolvimento enquanto discente, cidadão e pessoa. A seguir são apresentados alguns destes aspectos que foram destacados pelos entrevistados.

4.1.1 Uma organização que é a voz dos alunos

A escola é pensada como um ambiente em que precisam ser tomadas diversas decisões que estarão sobretudo voltadas para proporcionar a melhoria da qualidade do serviço de educação que é oferecido aos alunos da unidade escolar em questão. Nesse sentido, enquanto público-alvo, poder também ter suas expectativas ouvidas é algo de muita valia para os alunos que são diretamente influenciados pelas escolhas feitas pelos dirigentes de onde estudam. Com base nisso, estar também nesses espaços e sendo alguém que irá representar os demais em interesses comuns é visto como uma motivação para a participação em grêmios estudantis e inclusive estar em posições de liderança nele, conforme indicada a Gremista 4:

Decidi ser presidente muito por acaso porque percebi que a minha participação, a participação do aluno dentro da escola, é algo que vale muito porque não é só a direção, os professores que decidem as coisas, também é o aluno, o aluno também tem voz dentro da escola. Então foi algo que tomei em mente e pensei ‘quero ajudar a escola, quero ajudar os meus amigos de alguma forma’ (GREMISTA 4)

Mostrando ainda que estar nesse papel não se trata apenas de uma expectativa e sim de algo que ocorre com regularidade dentro da rotina de atuação do grêmio estudantil e é uma percepção que não se limita apenas aos gremistas em si, mas também ao corpo discente no geral, a Gremista 4 ainda comenta em um momento mais adiante da entrevista que:

Porque a gente [o grêmio] é a voz dos alunos aqui dentro da escola então qualquer coisa que acontece [eles] acham tem que entrar em contato com a nossa sala para justificar os acontecimentos. porque realmente a gente é muito cobrado porque qualquer ‘coisinha’ eles já acham que é do grêmio (GREMISTA 4)

Complementando esta ideia, o Gremista 1 indica ainda que, mesmo tendo este papel, eles reconhecem que nem tudo cabe à entidade estudantil resolver ou tratar, sendo assim, demonstram certa consciência de escopo de atuação, conforme é ilustrado pela fala seguir:

É uma cobrança justa porque quando a gente aceitou o grêmio, a gente aceitou tal responsabilidade, mas não é tudo sobre o grêmio. é uma responsabilidade que a gente tem, mas não é uma responsabilidade só nossa (GREMISTA 1)

Como exemplo citado com relação a situações que não estão sob responsabilidade do grêmio, foi apresentada, por parte dos alunos, a questão de problemas que envolvem professores, que, neste caso, caberia muito mais um trato com a coordenação. Observa-se sobre esse ponto também que há uma certa confusão, por parte dos estudantes no geral, entre um papel representativo da entidade e um papel de efetivamente realizar ações, algo que nem sempre é possível. Sobre o papel representativo, é este que é mais enfocado pelo Diretor da DIGIP, conforme é apresentado no trecho a seguir:

A importância desse grêmio (...) é de dar voz ao estudante. A grande importância dele é que a gente consiga ouvir as demandas dos estudantes dentro da rede, e aí que eles comecem a pleitear os seus interesses de desenvolvimento dentro da escola, além de ser um desenvolvimento político (REPRESENTANTE DA DIGIP)

Com relação ao último ponto mencionado na fala do Representante da DIGIP, este se melhor abordado, considerando também a visão dos demais atores, na seção seguinte.

4.1.2 Potencial na educação política e cidadã

A forma como idealmente se constitui um grêmio é algo que pode potencializar aos estudantes a experiência de estar ainda mais em contato com o sentimento de cidadania e de que, é por meio de uma atuação política, que irão conquistar evoluções e espaços. E nesse sentido, o Representante da DIGIP fala, durante a entrevista, que: “(o trabalho dos grêmios) é uma ação política, na verdade, não partidária, mas é uma ação política da rede de dar voz a esses estudantes em todos os níveis”. Completando ainda esta ideia, ele irá mencionar que:

[os gremistas] começam a ter uma percepção política de cidadania, eles entendem perfeitamente o que é essa experiência de ser cidadão, entendem essa discussão e essa importância de brigar, de luta, de que nada vai vir se a gente não começar a apertar e brigar pelas coisas, que nada vem de graça. Eles ampliam o olhar sobre os outros, não só para as minhas questões, mas para as questões da coletividade. (REPRESENTANTE DA DIGIP)

Essa ideia de que o grêmio seja um espaço de atuação política e de realmente conseguir se ver dentro de um espaço de interferência na vida pública de um espaço limitado e, com isso, começar a interessar-se pela vida pública ampla, também será abordada na fala do Diretor de Escola, sendo enfatizada como o principal potencial dessas entidades:

Eu penso que, em grande medida, ele [o grêmio] é isso, né? Ele é uma possibilidade de politizar as crianças, os jovens. Politizar no sentido da pólis, no sentido da cidade,

né? Que é o contrário da idiotia.[...] Então, é isso, a possibilidade de muito cedo um aluno imaginar a escola como uma miniatura da cidade, ele poder ter uma participação crítica e atuante dentro dos processos da escola. (DIRETOR DA ESCOLA)

Esta possibilidade de imaginar não só estruturas administrativas de poder, mas também a própria noção de democracia é algo também bastante enfatizado pelos próprios alunos, conforme é indicado pelo Gremista 1 ao dizer “que da para a gente (os gremistas) imaginar, se não fosse no grêmio, se fosse ali agora na presidência [da República] muitas coisas são iguais”, chegando a fazer, como visto, inclusive comparações. Seguindo essa linha, inclusive de ilustrar a partir de comparações, a Gremista 3 fala que:

Uma coisa que eu admiro muito no grêmio é a democracia que a gente tem pra resolver problema. É uma coisa que é difícil você ver nos partidos. parece que o grêmio amadureceu muito, ele tem mais responsabilidade que certos partidos que a gente vê por aí . (GREMISTA 3)

Sobre o processo de eleição de quem será a pessoa a ficar à frente da presidência do grêmio, é apresentado pelo Gremista 1 também uma analogia com o processo de escolha de representantes do executivo nacional ao indicar que quando há muitas pessoas que pleiteiam o cargo, deve se haver uma defesa da sua candidatura com propostas e, logo em seguida, há a votação. Sendo assim, ressalta o aluno, de maneira crítica e relacionando com o contexto geral que pode ocorrer na política, “cabe a ele se eles mentem ou não”.

Para além de uma experimentação democrática, discentes também alegaram um aumento no interesse pela política em um sentido mais amplo, inclusive, tendo uma perspectiva mais positiva e otimista sobre ela e até sobre a própria realidade que o cerca, conforme foi evidenciado na fala abaixo:

Quando eu entrei no grêmio, eu entrei nesse interesse da política e não só para entender a política, mas quando você entende isso você passa a entender melhor o grêmio. Eu não gosto de jornal, eu odeio jornal, porque pra mim só passa desgraça. [No entanto] Por causa do grêmio acontece de uma coisa ou outra, você fica imaginando: ‘do jeito que você está atuando no grêmio, na política você poderia ter um desenvolvimento legal’ (GREMISTA 1)

Esse interesse não só desencadearia uma maior aproximação com temas de política, mas também com temas e habilidades mais amplas que seriam importantes ao desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos, conforme é abordado nas seções seguintes.

4.1.3 Potencial de desenvolvimento acadêmico e de crescimento pessoal

Ao estar em um ambiente de diálogo e de construção, é demandado dos gremistas que estes entrem em contato com diversos temas, muitas vezes novos a ele e que, ainda que façam parte do cotidiano, extrapolam aquilo que é aprendido em sala de aula. Nesse sentido, o Representante da DIGIP enfatiza que o(a) aluno(a): “se colocar nesse lugar ele precisa pesquisar mais, ler mais, então academicamente ele tem um avanço imenso.”

Corroborando com esse desenvolvimento proporcionado pela entidade, mas agora no sentido de habilidades técnicas que foram desenvolvidas e descobertas como aptidão, a Gremista 3 ressalta que:

Não imaginava ser da imprensa (cargo dentro do grêmio estudantil responsável pela comunicação da entidade), e quando eu comecei a ser, eu comecei a fazer e ter mais interesse em fazer slides. É uma coisa que alimentou bastante uma coisa que eu nem sabia que existia (GREMISTA 3)

Do ponto de vista de habilidades socioemocionais e importantes a própria experiência dos alunos na escola e na vida, alguns pontos foram ressaltados como, por exemplo, a questão da timidez, conforme é relatado pela Gremista 2, que indica o grêmio também dentro de um rol de possibilidades de que haja uma preocupação e seja trabalhado, desde a escola, aspectos mais individuais dos alunos: “minha vergonha já é algo psicológico. De pronto a escola percebeu e me encaminhou para psicóloga porque viu que poderia ser algo que poderia me prejudicar. Só que o grêmio ‘tá’ me ajudando”. Nesse sentido ainda de relação com a timidez, a Gremista 4 destaca que, quando há situações em que há necessidade de exposição maior, ela prefere vencer o sentimento e buscar se desenvolver por meios desse desafio. Quando questionados se prefeririam que, por exemplo, recados em assembleias fossem dados por professores diante da possibilidade de se constrangem ou algo assim, o Gremista 1 foi bastante enfático, ressaltando como isso feriria o caráter representativo do grêmio: “não seria melhor que os professores falassem porque uma vez que você quer ser a voz dos alunos e você passa coisas para os professores perde um pouco a essência.”

Esse desenvolvimento, acaba refletindo também em outros aspectos da vida dos estudantes e é, inclusive, reconhecido pelos pais, conforme foi relatado pela Gremista 2: “minha mãe ela gosta bastante que eu participo do grêmio porque ela percebeu que a minha dificuldade de me comunicar com as pessoas melhorou bastante. ela ficou muito feliz”. Expandindo ainda essa ideia, a Gremista 3 complementa:

Uma coisa que meu pai até comentou comigo é sobre eu dar minha opinião abertamente, porque antes eu tinha uma opinião muito privada, muito só para mim.

Antes eu tinha medo de dar minha opinião e me expressar e hoje como estou em um cargo mais importante [...] eu ‘to’ conseguindo falar sem medo de me expressar. (GREMISTA 3)

Esse apoio de pais e responsáveis é fundamental, pois eles são personagens que são importantes no apoio à participação destas atividades extra-classe. Importância, inclusive, formal, uma vez que, no caso da escola em questão é necessário que os pais autorizem a participação de seus filhos na entidade. Sobre ainda essa preocupação com o envolvimento do filho na escola, é ainda relatado pela Gremista 2 e Gremista 4 que as suas respectivas mães gostam que elas estejam se envolvendo em atividades da escola no tempo livre que dispõe, ao contrário de estarem apenas em casa, um fenômeno que se acentuou após a pandemia, em que os alunos precisavam ficar isolados. Utilizando dos termos do Gremista 1, a participação no grêmio, seria então “gastar o tempo com algo útil”.

4.2 DESAFIOS RELACIONADOS À ATUAÇÃO DOS GRÊMIOS

Conforme foi visto neste trabalho, apesar de se demonstrarem muitos os potenciais que os grêmios podem ter para a escola e para a formação em um viés mais amplo dos seus envolvidos, são muitos os desafios que ainda se encontram a sua execução e efetivo impacto. Entre esses desafios, estão, conforme citam os entrevistados, a forma como cada diretor(a) ou corpo que dirige a unidade irá conduzi-la, a maneira como está disponível e intervém a pessoa responsável pela orientação da entidade e um cenário mais amplo de costume com pouca autonomia. Todos esses aspectos são, a seguir, melhor discutidos e ilustrados a partir das falas dos entrevistados.

4.2.1 Perfis diferentes de gestão

Fazer com que os gestores das unidades escolares entendam a importância de se ter uma entidade estudantil e que a gestão seja mais democrática incluindo os estudantes é um desafio a ser superado para que se tenha a efetiva adoção do Programa Grêmios Estudantis na Rede Municipal nas escolas da cidade de São Paulo. Nesse sentido, o Representante da DIGIP destaca que apenas a lei não é suficiente para gerar os todos os incentivos necessários para que todas as mais de 500 escolas do município tenham grêmios estudantis (ainda que a grande maioria já conte) e tampouco que todos atuem da forma ideal. Ele destaca que é preciso, de maneira complementar um trabalho de sensibilização das gestões, considerando também a existência de um conflito geracional em que aqueles que são adultos geralmente pouco creem nas demandas dos mais novos, conforme fica evidente na seguinte fala:

O primeiro desafio é a sensibilização. E sensibilizar esses gestores, essas unidades, da importância de dar voz a esses estudantes, porque parece que todos os adultos sabem mais de tudo e têm certezas de tudo do que é melhor para os adolescentes. Isso é uma das dificuldades de quebrar essa barreira. A gente não sabe tudo e eles podem dizer também como transformar essa escola e deixar essa escola um pouco melhor a partir do ponto de vista deles.[...]. Uma segunda barreira é a conquista desse espaço, de eles de fato, terem voz. Porque aí o Programa a gente consegue constituir, consegue fazer a eleição, mas aí eles não conseguem se firmar ali dentro do território, todos os adultos, apesar de estar cumprindo aqui uma tarefa, que seria dar espaço para eles, mas no final das contas não os ouvem de fato (REPRESENTANTE DA DIGIP)

Sendo assim, observa-se que as motivações e abertura a essas novas possibilidades de gestão são itens muito relacionados ao perfil da pessoa ou do grupo de pessoas que está à frente da gestão escolar. Essa relação pode ainda ser exemplificado pelo relato fornecido pelo Diretor da Escola, que, em sua fala introdutória da entrevista e, para conceitualizar o que seria um grêmio estudantil, rememora sua trajetória e a localiza dentro de um contexto de politização e atuação via também grêmios estudantis. Isto é possível de ser observado na fala a seguir:

A gente está falando de 1980, ainda a ditadura no Brasil. Alguns professores usaram a minha instituição para dirigir o processo mais construtivo. Então, eu fui estudante de Centro Cívico, que é uma modalidade que era da experiência da ditadura, quando não tinha os grêmios livres, né? E aí, eu vou para o ensino médio numa escola na zona leste [...] que era um caldo de cultura política no processo de redemocratização, e lá eu peguei a transição do Cívico para grêmios livres, né? Então, grande parte do que eu sou como homem, como trabalhador de educação, como militante, tem a ver com a experiência do Grêmio. (DIRETOR DA ESCOLA)

Esta influência que a gestão, e suas trajetórias e modais, têm sobre como será a atuação do grêmio é ainda reforçada por um relato do Gremista 1, que já está em sua terceira experiência em um grêmio distinto. Tal distinção, por sua vez, se dá não somente por estarem em escolas diferentes, mas, segundo aponta ele, principalmente pela forma como era dada a atuação dos alunos e a relação destes com os demais membros da instituição, conforme é relatado em:

Na (Escola Particular B) as coisas, sei lá, ‘parecia’ muito mais robotizada, vamos dizer assim. Os alunos tinham a voz, mas eram os professores que tinham a voz para decidir. [...]. Na [Escola Pública C] já era um pouco mais diferente, parecia que era um grêmio mais besta, infantil e tratava assuntos meio que não precisava, mas lá tinha a voz dos alunos, mas aí no caso [dessa escola] os alunos não respeitavam os professores e os professores não respeitavam os alunos. E aqui [na Escola atual e objeto de análise] tem uma dinâmica muito diferente porque os alunos respeitam os professores, alguns no caso, e os professores respeitam os alunos, então tem muita voz. Diria [em resumo] que é como se tivesse o bom, o ruim e o médio (GREMISTA 1)

Realidades diferentes são ainda destacadas pelo Representante da DIGIP quando ele fala de uma intervenção da divisão que foi necessária em uma escola em que a diretora não estava seguindo preceitos democráticos. O relato é apresentado abaixo:

Esses dias eu recebi uma denúncia aqui de que diretora escolheu a dedo os participantes do grêmio e, do mesmo jeito que ela fez [...], em seguida recebi a denúncia dos estudantes da unidade. recebemos por email uma carta com uma denúncia, ela escolheu os alunos todos da o'período da manhã e a denúncia veio dos alunos do período da tarde de que não foram consultados e gostariam de ter participado do pleito. Orientamos a diretoria de ensino para interferir nesse território. (REPRESENTANTE DA DIGIP)

Conforme foi observado, há um claro destaque dado a escola que neste trabalho é objeto de análise. Nesse sentido, os próprios alunos reconhecem as particularidades que se apresentam neste espaço específico e, ao fazer esses reconhecimentos, contrastam então com outras realidades possíveis em que não há uma gestão democrática na unidade de ensino. Para além do depoimento do Gremista 1, a Gremista 2 também destaca que tem uma amiga “que estuda na [Escola Particular B] e ela disse que os professores não dão muita voz pros alunos e aqui é diferente, a gente tem bastante”. O próprio Diretor da Escola é um grande incentivador de que esta voz seja ainda mais amplificada, conforme relata em: “Eu gostaria de um Grêmio mais ardido, mas é o tempo da escola, é o tempo deles, né?”. Com o termo “ardido”, entende-se que ele quer dizer um grêmio que seja mais questionador de pautas e sobretudo de autonomia, autonomia esta que, para ele, deveria se dar de maneira ainda mais intensa do que o que ocorre atualmente. Sobre isso, a seção seguinte discorre um pouco mais.

4.2.2 Papel do(a) orientador do grêmio

Em seu funcionamento, os grêmios estudantis da rede municipal contam com uma pessoa, que pode ser do corpo de docentes ou não (mas geralmente é) que irá acompanhar as atividades que serão desenvolvidas na unidade, sendo basicamente, a ponte entre a escola e o grêmio. Nesse sentido, conforme indica a literatura e como foi visto na seção anterior, esta pessoa pode atuar muito dentro de um viés de tutela, ou, em outras palavras, um questionamento em certa medida perda da autonomia daqueles que compõem a entidade. Esse é um receio, inclusive, demonstrado pelo próprio Diretor da Escola no trecho:

O Grêmio é radicalmente livre, mas essa experiência com crianças muito jovens tem muito limite, porque faltam experiências coletivas, né? Então, a escola [em questão], por exemplo, a turma optou por um processo de Grêmio, como é que eu chamaria, como se ele fosse dirigido, entendeu? Então, tem aula de Grêmio, que é um negócio muito inusitado, mas por mais que eu considere isso a experiência com algum grau de conservadorismo, eu trabalho para que as pessoas coletivamente percebam isso, né, e não que eu imponha (DIRETOR DA ESCOLA)

Ao citar as palavras “dirigido” e “conservadorismo” ele quer dizer que ainda considera que a escola tenha muita influência sobre as atividades desenvolvidas pelo grêmio. E esta influência estaria muito marcada pelo envolvimento da professora orientadora de maneira ativa nestas atividades. Este envolvimento, no entanto, é visto de uma maneira mais positiva por parte dos gremistas, conforme é ilustrado pela seguinte fala da Gremista 4: “o papel dela é essencial, ela repassa as coisas para a gente e a gente passa as coisas para ela”. Esta ideia é ainda completada pela Gremista 3, que sintetiza o papel desempenhado pela orientadora: “ela sempre dá essa responsabilidade para a gente, ela que dá a iniciativa e a gente dá o processo”.

Quando questionados, de forma indireta, se haveria uma dependência do grêmio em relação a professora e consequente isso como fator possível de comprometimento de continuidade de atividades, os alunos foram enfáticos ao reconhecerem que ter alguém que não está apenas por obrigação nesta atuação (como aparentemente é o caso) faz diferença, mas reconhecem que se houvesse igualmente outro professor também empolgado com a ideia de grêmios estudantis, também funcionaria, conforme é relatado pela Gremista 3 em: “tudo é questão de costume, a gente está acostumado com a [professora orientadora], mas se fosse outro professor que se esforçasse a gente iria se acostumar”. Além disso, quanto aos aspectos e continuidade, eles reconhecem que atualmente no grêmio em questão “os alunos têm bastante força de vontade”.

Nesse sentido, fica bastante claro que o papel da pessoa da escola que está junto ao grêmio é bem visto quando há uma identificação e um efetivo apoio deste também como representante da escola. Esta noção fica bastante evidente na fala do Gremista 1 ao comparar com um quadro que não seria desejado: “imagina alguém lá por obrigação, tem diferença alguém que está lá porque quer e por obrigação [...] o próprio aluno já tem mais vontade de fazer, ele vê que o professor está se esforçando, então fala ‘vamo se esforçar também’” (GREMISTA 1).

Tamanho é este reconhecimento que, quando questionados sobre desafios que o grêmio enfrenta, uma das respostas que mais confundiu entre os estudantes foi a de que gostariam de que tivessem um professor ou qualquer outra pessoa da escola com uma dedicação mais exclusiva aos grêmios, uma vez que hoje há a necessidade de conciliar a carga horária da disciplina ministrada pela professora e os projetos que ela toca (grêmio e jardinagem). Isto é relatado pela Gremista 4 ao falar que a escola “poderia ter um professor fixo só pro grêmio”. Esta demanda coincide com o que também apresenta o Representante da DIGIP que, ao falar de desafios da gestão de grêmios, menciona:

E aí esse território, ele precisa de um orientador. E a dificuldade é que está todo mundo envolvido, os professores com jornada dupla, e aí não consegue ajudá-los do jeito que eles gostariam. Então essa ainda é uma dificuldade (REPRESENTANTE DA DIGIP)

4.2.3 Desafios de um contexto mais amplo

A preocupação com o potencial que ainda pode ser mais explorado dentro dos grêmios estudantis se demonstra, como visto, mais presente nas falas do Diretor da Escola, este, por sua vez, localiza os desafios que se tem para a efetividade de processo democráticos dentro de um cenário mais abrangente de opressões e constrangimentos que muitas vezes a rigidez social e, como reflexo, a rigidez burocrática impõe:

O Grêmio é uma árvore de uma floresta da cidade que sofre as consequências de você não ter uma gestão pública democrática. Isso aí, o Grêmio é mais um pedaço. Então, as escolas acabam sucumbindo a uma formação que às vezes ela é burocrática, cartorial [...]. Por exemplo, é óbvio que um processo desse ele vai ser menos rico na construção de protagonismo estudantil, politização das relações na escola e combate às várias formas de pressão na escola que, sobretudo, quem acaba sofrendo são as crianças e adolescentes. Tô falando de homofobia, racismo, machismo e preconceito geracional. (DIRETOR DA ESCOLA)

Ele ainda complementa como muitas vezes espaços como esse são utilizados apenas para mascarar processos que na verdade não são democráticos, conforme fica evidente no trecho:

Isso diz um pouquinho também de que às vezes as pessoas, para não democratizar, criam um exercício supostamente democrático. Por exemplo, a implantação de tantos grêmios nas escolas, meu camarada, dependendo de como você implementa, você não tá libertando, você tá submetendo. (DIRETOR DA ESCOLA)

Trecho este que é complementado ainda pela seguinte fala:

Existe forte tendência na educação que os processos educativos, eles são de submissão, de controle, não é? Então, quando você tem um conflito, as pessoas não compreendem que, às vezes, aquele conflito é de consciência daquele estudante. Então, na minha opinião, o desafio é da ordem de aproximar com o Grêmio, ele tem na sua gênese uma concepção que pressupõe liberdade, democracia, autonomia. Então, às vezes, a escola tem que abrir mão de elementos que estejam mais voltados para controle, submissão, porque a própria discussão da lei, né, se pegar a lei como experiência com a humanidade, seria mais razoável que a gente primeiro reunisse o que as pessoas pensam para depois elaborar alguma lei razoável para aquele grupamento. (DIRETOR DA ESCOLA)

Acima fica bastante evidente o descontentamento com a falta de participação dos alunos no próprio processo de elaboração da lei dos grêmios e também de serem convocados apenas em situações formais da rede de grêmios, os colocando em situação, para o Diretor, inferior, uma vez que denotaria implicitamente uma relação de hierarquia forte na tomada de decisão. A defesa disso fica bastante clara na fala do Diretor da Escola quando este fala que:

Então, grande parte das leis dos estudantes, leis, normas, regulamentos, convenções, que eles (os gremistas) são orientados, eles não foram chamados a discutir. E a escola reproduz isso. [...] Nós temos uma turma fortemente comprometida, uma concepção menos castradora de educação. Não posso chamar de uma escola progressista porque aqui tem várias concepções, mas na escola em que a gente trabalha, até que é muito tranquilo. Mas se eu olhar para a rede, por exemplo, o Grêmio só se reúne quando tem evento oficial. Não tem nada mais antidemocrático do que a oficialidade, na minha opinião. Então [...] quando ele (grêmio) chama a direção para alguns questionamentos, a gente vai de muito bom grado e não aceita que eles agradeçam para criar neles uma consciência de que a gente deve satisfações sim. (DIRETOR DA ESCOLA)

Essa atuação do grêmio junto a elaboração das políticas educacionais e junto a forma como a escola e a rede de ensino público desempenham seu serviço será explorada de maneira mais aprofundada na seção a seguir.

4.3 COLABORAÇÃO DOS GRÊMIOS NA POLÍTICA E PRÁTICA EDUCACIONAL

Existem diversas formas de um grêmio conseguir coproduzir a forma como a educação é ofertada ou pode ser instrumento de potencialização de muitas outras pautas na rede pública de ensino. Nesse sentido, alguns exemplos de que isso fosse viabilizado, em maior ou menor grau, foram citados pelos entrevistados, como participações em eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, uma atuação com autonomia (de ação e opinião) respeitada na escola e o uso de recursos advindos do Programa municipal. Cada um desses itens é descrito nas seções abaixo.

4.3.1 Participação em eventos

Uma das vantagens de se ter uma política estruturada na forma de programa com uma divisão responsável também pela sua gestão é a possibilidade de constituição de uma rede, como é o caso do que ocorre em São Paulo. E esta rede, segundo indica o Representante da DIGIP é com certa regularidade consultada para que contribua no desenho de algumas questões importantes para a educação no município. Um exemplo de um desses encontros é relatado a seguir:

Nós fizemos junto com o Cedae (Centro de Distribuição de Alimentação Escolar) para que eles experimentassem alguns alimentos que fazem parte de um cardápio do programa nacional [...] Ano passado nosso secretário ouviu alguns estudantes e eles trouxeram uma série de demandas e uma delas era alimentação. Nós fizemos encontro ano passado e eles apontaram uma série de questões da alimentação que foram corrigidas na medida do possível. (REPRESENTANTE DA DIGIP)

Mais especificamente sobre a discussão sobre a reforma da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), se questionado se os alunos haviam sido envolvidos na

discussão, ainda sem caráter deliberativo algum, o Representante da DIGIP faz a descrição da seguinte oportunidade:

Ano passado o secretário [municipal de educação] fez uma escuta dos estudante gremistas que estavam mais ligados ao fundamental II e fez uma escuta também dos estudantes do ensino médio e foi um dos questionamentos à base. [Os estudantes] estavam reclamando muito, estavam odiando, fazendo muitas críticas a como estava se dando esse novo ensino médio. (REPRESENTANTE DA DIGIP)

Com relação ao encontro mencionado em uma das falas anteriores em que foram apontados problemas relacionados à alimentação por parte dos gremistas diante de uma abertura à escuta ampla destes, uma das gremistas também faz um relato acerca da experiência, relatando, em um primeiro momento, o seguinte: “Ano passado nós [do grêmio estudantil] participamos de reuniões na DRE (Diretoria Regional de Educação) sobre alimentação. Ano passado fomos em reunião para fazer uma pauta sobre isso” (GREMISTA 4). Sobre esta mesma reunião, a Gremista 4 ainda complementa:

Aconteceu uma reunião que a gente teve com o diretor (secretário na verdade) de educação e a gente percebeu que ele só estava fazendo essa reunião por política. [...] a gente se juntou com eles (demais membros de grêmios de outras escolas) e percebeu que eles gravaram o encontro, publicaram no Instagram na prefeitura, tudo para chamar a atenção e a gente descobriu que eles estavam fazendo isso por política porque estava na época de eleição para usar a gente de alguma forma. Então a gente viu que eles estavam querendo usar a gente e pensou também ‘vamos usar eles’. Foi até o jeito que a gente usou para reclamar do que eles estavam fazendo de errado para melhorar. [...] Tinha gente que estava auto sabotando a própria escola, era isso que eles iam usar contra a gente. A gente falou: ‘vamos falar do que eles não estão fornecendo pra gente: alimentação ruim, falta de materiais de higiene, manutenção da escola’ (GREMISTA 4)

Observa-se, a partir do relato acima, para além de um uso político desses momentos de participação também, por parte dos alunos, uma consciência dos fenômenos e dinâmicas políticas, inclusive de barganha, que merecem reconhecimento. Nesse sentido, ainda que haja uma intenção política nas ações de relação com as instâncias superiores, os gremistas se demonstram capazes de reconhecer e driblar esses aspectos, aproveitando assim, da melhor maneira possível a oportunidade, considerando também os interesses de cada ator. Relatando ainda uma outra experiência positiva, mas com outra instância dentro da estrutura administrativa da gestão da educação municipal, e sua relação com um desenvolvimento pessoal, a Gremista 4 acrescenta que:

Quando eu fui [para a reunião da DRE] foi uma grande responsabilidade, porque aí já não era mais a escola, já não era mais o meu ambiente que eu estava acostumada. Pensei ‘caramba, o que estou fazendo aqui’, só que com eles foi o mesmo caso, eles deram voz para a gente, eles escutaram a gente’ (REPRESENTANTE DA DIGIP)

Dentro dessa categoria de eventos e articulações com os grêmios estudantis que são viabilizadas via essa estrutura de programa, tem-se também, conforme relatou o Representante da DIGIP a realização de parcerias junto a área da prefeitura responsável pela temática de Governo Aberto. Nesse sentido, indica que foram realizadas reuniões entre ambas as áreas e articulada uma categoria de “Governo Aberto nas Escolas” dentro do edital de oficinas do Programa Agentes de Governo Aberto¹ do município de São Paulo. Essa menção demonstra que a relação entre grêmios estudantis (e gestão democrática) e Governo Aberto, na prefeitura paulistana, tem uma interação direta, mesmo que seja para projetos específicos. Em outras palavras, significa que há um reconhecimento de que esses temas conversam e possuem potenciais entre si.

4.3.2 Atuação com autonomia de ação e posição

Mais importante ainda do que ações estimuladas pelas instâncias superiores, são as ações que se desenvolvem desde os grêmios estudantis por iniciativas dos próprios alunos. Nesse sentido, o Representante da DIGIP destaca que estas ações acabam até extrapolando a rede e se desenvolvem, inclusive, por meio de articulações com outras instituições. Trazendo para o caso específico da escola estudada, alguns relatos de ações são interessantes de serem destacados, como o que conta a Gremista 4:

A gente percebe que ao longo dos anos tem bastante dificuldade dos alunos alugar becas e como é algo complicado de se fazer como tem famílias que não tem renda suficiente para alugar ou para comprar, a gente mesmo do grêmio teve essa iniciativa. essa iniciativa começou ano passado.(se refere aqui a ação que está sendo feita de reciclagem e com o dinheiro da venda dos itens eles irão ajudar os alunos) [...] têm um profissional que cuida da parte de secretaria que a família dele tem uma oficina de costura, então a gente ia comprar os materiais (tecido e linha) e iria entregar para ele’ (GREMISTA 4)

Conforme é possível de se observar a partir do relato, houve uma identificação de um problema e o grêmio se articulou para desenvolver um projeto que, de certo modo, diz respeito à escola, mas extrapola os seus limites e atinge aspectos também relacionados ao social dos alunos. Pensando na contribuição dos alunos com a escola, uma das questões mais citadas nas entrevistas da unidade de ensino trabalhada foi a intervenção dos alunos na decisão do portão que atenderia a reivindicação dos pais frente aos episódios de ameaças às escolas, ocorridos no início do ano de 2023 no Brasil. No debate, os alunos tiveram um papel fundamental, conforme comenta o Diretor da Escola:

¹ Programa da prefeitura que visa engajar seus cidadãos nos temas de governo aberto. As oficinas são oferecidas por meio de agentes formadores contratados exclusivamente para o programa

No processo de ameaça às escolas públicas [...] a população pressionou muito [...] nós tivemos a colocação do portão. [...] então pacificou que ia ter o portão e nós baixamos para todos os espaços da escola uma instrução de como seria o portão. O Grêmio teve um papel fundamental. A gente levou uma posição para o conselho de que não poderia trancafiar a escola inclusive com instruções de que a escola que a professora² foi assinada parecia um ‘quadrilátero da fundação casa’ [...] e eles [do grêmio] fizeram essa discussão com os alunos de que o fato da escola ter grades como parque permitirá uma profundidade e uma outra relação com a escola [...] eles foram definidores do lugar que iria o portão’ (DIRETOR DA ESCOLA)

Viu-se portanto, neste caso, que os alunos tiveram uma defesa clara e embasada em argumentos e relação com o espaço da escola de um ponto de vista dentro de uma discussão importante e de infraestrutura da unidade. Esta defesa ficou ainda mais clara no discurso dos próprios alunos, em que eles apontam que defenderam a questão da “estética” da escola porque os pais e os demais eram maioria para fazer um portão mais fechado, mas decidiram manter a proposta mais aberta da escola por ser isso um dos seus diferenciais. Essa noção sobre a realidade da escola se demonstra bastante presente nas decisões que são tomadas no grêmio abordado neste trabalho e isso também não seria diferente no uso dos recursos destinados pelo Programa, conforme será melhor abordado a seguir.

4.3.3 Uso do recurso do Programa Municipal de grêmios e outros recursos

Conforme foi apresentado em momento anterior, anualmente os grêmios recebem um recurso de 5 mil reais do município para desempenharem ações a sua escolha. Este dinheiro deve obrigatoriamente ser utilizado pelos estudantes do grêmio, no entanto, conforme já foi falado, muitas vezes as determinações do uso partem da direção da escola ainda que a execução parta do grêmio. No caso da escola aqui trabalhada, a decisão partiu realmente dos alunos, que optaram por construir uma quadra perto da área de refeições e esta foi uma alternativa escolhida frente a baixa quantidade de opções de lazer para as crianças da unidade, conforme relata a Gremista 4:

A parte da quadra foi uma iniciativa que eu meu vice [presidente] tivemos porque a gente sabia que era algo pautado no grêmio, de fazer uma quadra. A gente teve que aproveitar que tinha pessoas fazendo reforma dos solários pintando, então a gente tomou a iniciativa de ir falar com ele já aproveitando que esse cara estava lá (GREMISTA 4)

O relato acima, em síntese, relata a iniciativa que a presidente do grêmio teve de junto ao seu vice chegar em uma pessoa que estava prestando serviço para a escola e já aproveitar para orçar e viabilizar o projeto que eles tinham. A ideia para que se chegasse a esse projeto também é relatada pela Gremista 3:

² Professora assassinada no dia 27 de fevereiro de 2023 em uma escola pública da Vila Sônia, São Paulo

No intervalo muitas pessoas reclamam porque não tinha muito o que fazer, só tinha pebolim, ping pong e sempre dava um briga com o 6 ano e 7 ano por conta do espaço. Alguns queriam jogar bola, alguns futebol e sempre dava muita briga por isso. Então a gente levou pro grêmio que decidiu que era melhor fazer esses espaços: um pro volei, outro pro futebol (GREMISTA 3)

Além deste recurso que vem vinculado a uma utilização pelo grêmio, os gremistas também destacam como ideias que surgem deles são valorizadas pela direção da escola quando esta tem mais disponibilidade de recursos. Este foi o caso, por exemplo, de um recurso de emenda parlamentar de um deputado, conforme indica o Gremista 1:

Teve um deputado que deu uma verba pra escola e veio o assunto do grêmio que a gente já queria o parque. Então veio o diretor e disse que o deputado deu a verba de 200 mil e ele estava pensando em usar para o parquinho que nós já estávamos lutando há um tempo. (GREMISTA 3)

Nesse sentido, cabe então enfatizar que uma escola democrática também se constrói com a disponibilidade de informação (como foi o caso do portão) e recursos, não bastando apenas a existência de uma entidade estudantil que, considerando sua formação, nem sempre terá recursos (de toda natureza) suficientes para empreender suas atividades. Além disso, por não dispor desses itens, muitas vezes o grêmio não se sente protagonista o suficiente para atuar. Cabe, mencionar que, ainda dentro desse tópico, mesmo que o grêmio em si não faça a gestão direta dos recursos, os seus membros são com constância informados pela coordenação de quanto dispõe, reforçando, inclusive, que a diretoria não pode fazer uso de tal recurso sem antes pedir autorização aos responsáveis, ou seja, a gestão do grêmio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscou-se entender de que maneira os grêmios estudantis podem suportar ou colocar empecilhos a potencialização de interesses de Governo Aberto. O que a literatura indica é que tais espaços são caminhos para a chamada gestão democrática bem como para formação de estudantes que estejam mais conectados à política e a aspectos da vida pública. Por outro lado, tanto as análises quanto os estudos de casos presentes no referencial teórico do trabalho irão apontar para algumas dificuldades presentes neste caminho, que não o inviabilizam, porém, o tornam mais árduo e muitas vezes mudam seu rumo, com intenções diferentes das inicialmente pensadas. Exemplos dessas barreiras são a pouca margem de atuação que é dada ao grêmio nas escolas e um viés de tutela que há sobre eles. Muitos desses desafios estão relacionados a forma como esses órgãos colegiados se relacionam com as instâncias superiores, como a escola e a própria administração pública.

Buscando compreender, então, características dessas relações bem como poder constatar (ou contrastar) a partir do que foi visto na literatura, foram realizadas as entrevistas apresentadas aqui. Destas, o que se depreende como constatações são que, para o caso estudado, as perspectivas dos gremistas, gestor de escola e gestor de programa municipal de grêmios coincidem bastante, sobretudo no que tange às vantagens associadas a adoção de um órgão colegiado do tipo grêmio estudantil em uma unidade de ensino. Cada um falará isso dentro de sua posição de atuação, porém, para todos é notório o desenvolvimento político e pessoal dos estudantes, bem como a contribuição que eles, uma vez estando em grêmio, aportam. O único ponto que diverge nas falas dos participantes, mas mais por influência da realidade em que estão imersos e do campo de visão que possuem do programa, é quanto a atuação da pessoa que é responsável pela orientação da entidade estudantil.

Para o diretor da escola, os grêmios deveriam ser ainda mais autônomos, mas reconhece que esse foi o modelo adotado pela escola. Para os alunos, por outro lado, contrariando também a literatura, a atuação da professora que os acompanha somente agrega a forma como o grêmio tem feito suas ações. Na verdade, tais estudantes gostariam que a docente tivesse ainda mais disponibilidade em ajudá-los, já que essa necessita compartilhar as atribuições com as aulas regulares. Esse desafio de conciliação de atividades é o que apresenta também o responsável da DIGIP como um dos desafios, pois, uma vez que tais pessoas são sobrecarregadas, isso pode ter reflexos na forma como a orientação será feita e consequentemente na efetividade da gestão dos grêmios. Portanto, o papel do(a) orientador(a) demandaria um nível de intervenção ótimo que respeitasse a sua rotina já comprometida, a autonomia dos estudantes e também o seu papel como representante da escola nesse espaço.

Outro ponto de destaque, também apresentado pelo responsável da DIGIP é com relação a como o perfil de cada gestão de escola irá influenciar em um órgão colegiado mais ou menos atuante. Isso se observou também pela forma como a própria história do diretor da unidade de ensino estudada se relaciona com a forma como este será mais simpático à ideia de uma gestão democrática. Além disso, o próprio relato dos alunos contribuem para essa constatação, sobretudo, o daquele que teve experiências anteriores em outras escolas, na fala dele, menos democráticas.

Com relação a essa característica de destaque da escola, esta teria também interferência de uma das limitações do próprio trabalho, em especial, das escolhas metodológicas nele adotadas. Como foi realizada uma busca ativa de escolas em seguida de uma participação voluntária de uma delas, então há de se ter como algo subentendido que esta, por ter se disposto em colaborar, é mais engajada na temática e também, por outro lado,

gostaria de ter suas ações publicizadas. Sendo assim, não é possível dizer, considerando também o visto na literatura e nas próprias entrevistas, que o caso estudado representa a realidade geral, mas sim, uma representação, na avaliação dos autores, do que seria uma bom exemplo de escola democrática.

Se tratando de limitações, fica a sugestão que os aspectos que aqui não foram contemplados ou então que poderiam ter se dado a partir de outras decisões (como a própria escolha da escola), sejam abordados em trabalhos futuros. Dentro do rol de aspectos não contemplados, destaca-se também algumas entrevistas que poderiam ter sido feitas com a professora orientadora, com alunos da unidade de ensino que não são gremistas e também com aqueles que já passaram por grêmios e hoje estão em outras etapas da formação (como a graduação). Todos esses atores foram mencionados e em algum momento por pelo menos um entrevistado e acredita-se que poderiam contribuir bastante para o endosso de resultados.

Um outro fator não abordado diz respeito à análise de dados e documentos possíveis sobre os grêmios na cidade de São Paulo. Sobre estes, conforme foi mencionado no capítulo dedicado à metodologia, o único item que obtivemos foram processos das escolas mais relativos à prestação de contas abrangentes e que não contribuem muito para o objetivo de análise aqui pretendido. No entanto, a disponibilidade de outros dados poderia ser de grande valia para, sobretudo, contextualizar o cenário atual destas entidades no município. Neste caso, a sugestão é dada também ao próprio Programa de Grêmios Estudantis, para que esse tipo de mapeamento seja realizado e sirva de subsídio para futuros trabalhos e principalmente para a própria gestão e crescimento do programa, inclusive criando métricas e formas de avaliar o desempenho das entidades.

Considerando que este é um programa que teve uma estruturação relativamente recente e interrompida pela pandemia de COVID-19, entende-se que alguns outros passos podem ainda ser desenvolvidos e não o foram provavelmente por esse nível de maturidade. A concretização na forma de política (ainda que em decreto) de uma escolha de tornar a escola mais democrática contando com a participação de alunos é algo a ser aproveitado levando em consideração o potencial que isso aporta, sobretudo de formação de rede. Nesta rede, experiências como a do caso estudado, e outras mencionadas nas entrevistas, precisam ser fomentadas e servir de inspiração para estimular que outras unidades de ensino e outros grêmios também, contribuindo assim, para que essas instâncias sejam ainda mais efetivas.

Uma vez posta essa efetividade, podem se tornar mais sólidas e promissoras as pontes existentes dessa ferramenta de gestão democrática escolar com os princípios de Governo Aberto. Dentro dessa gama de possibilidades, estão a cocriação de políticas públicas, o

empoderamento para a participação, a educação política e cidadão, incentivo à transparência, entre muitos outros potenciais. Talvez, assim, seja recuperado um caráter inicial de maior protagonismo e até politização daqueles que estão nesses grêmios, conforme foi visto na seção dedicada a seu surgimento. Nesse sentido, entende-se, não está um caráter combativo ou de oposição à escola ou ao sistema educacional, mas sim, de ser aliado, ainda que muitas vezes em posições diferentes, na construção de todos esses espaços e questões e na construção do próprio aluno(a) como agente que se relaciona de fato com o território em que vive.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARO, Keila; DE QUADROS, Marivete Bassetto. A IMPORTÂNCIA DO GRÊMIO ESTUDANTIL NA FORMAÇÃO CIDADÃ DOS ESTUDANTES. **Cadernos PDE: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**, Paraná, v. 1, 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_uenp_keilaamaro.pdf. Acesso em: 4 jun. 2023.
- ARAÚJO, A. C. de. A gestão democrática e os canais de participação dos estudantes. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 3, n. 4, 2012. DOI: 10.22420/rde.v3i4.116. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/116>. Acesso em: 5 jun. 2023.
- BOUTIN, A. C. B. D.. A participação política em grêmios estudantis na perspectiva de documentos orientadores. **Revista Educação Online**, Rio de Janeiro, n. 37, mai-ago 2021, p. 15-34. Disponível em: <https://doi.org/10.36556/eol.v16i37.974>. Acesso em: 4 jun. 2023.
- CARLOS, A. da G.. **Grêmios estudantis e participação do estudante**. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10553>. Acesso em: 4 jun. 2023.
- CARVALHO, R. D. Student participation in Brazil – The case of the “grêmios estudantis”. **Management in Education**, v. 26, n. 3, p. 155–157, jul. 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0892020612445696?journalCode=miea>. Acesso em: 04 jun. 2023.
- COPPI, R. A. A incompatibilidade do modelo escolar com seu papel politizador e as escolas democráticas como opção. **Rev. Parlamento e Sociedade**, v. 17, p. 115–131, 2021.
- COSTA, M. V. (2000). *A escola tem futuro? O futuro da escola: política, trabalho e conhecimento*. Campinas, SP: Papirus.
- CRUZ-RUBIO, C. N. **Hacia el Gobierno Abierto: Una caja de herramientas**. Organización de los Estados Americanos, 2015.
- FIGUEIRÔA, P. X. de; MIRANDA, H. da S. Adolescentes-Jovens e o Grêmios estudantis na escola pública: questões sobre participação. **Cadernos de Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.111030. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/111030>. Acesso em: 4 jun. 2023.

IDELBRANDO, A. G. **O grêmio estudantil de uma escola municipal de ensino fundamental de São Paulo e a relação no processo de formação da cidadania dos alunos.** São Paulo, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10332>. Acesso em: 4 jun. 2023.

MARTINS, F. A. S.. **A voz do estudante na educação pública: um estudo sobre participacao de jovens por meio do gremio estudantil.** Minas Gerais, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUDB-8CKPJT>. Acesso em: 4 jun. 2023.

MENEZES, L. de S. **Grêmio estudantil: quais sentidos na atualidade?.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/19675>. Acesso em: 4 jun. 2023.

NOVECK, B. S. The Single Point of Failure. In: **Open Government**. 2010. p. 51–72.

OBAMA, B. **Transparency and Open Government**. 21 jan. 2021. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/transparency-and-open-government>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

OLIVEIRA, R. G. de; LUIZ, M. C.; SILVA, C. P. da. Participação e protagonismo juvenil na perspectiva dos Grêmios Estudantis. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 1415-1431, jul. 2022. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762022000301415&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 4 jun. 2023.. Epub 02-Jan-2023. <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2022v20i3p1415-1431>.

RIBEIRO, F. B. **Um "grêmio estudantil mais politizado.: formas de engajamento e construção identitária em um grêmio estudantil.** Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/1975>. Acesso em: 4 jun. 2023.

RIO DE JANEIRO, Secretaria Municipal de Educação. **Grêmio é fundamental: um guia para implementação.** Rio de Janeiro, jun. 2013.

SANTOS, A. I. dos; CERVI, G. M. . Grêmio estudantil e gestão escolar democrática nas sociedades de controle. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 33, p. e20210049, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8671693>. Acesso em: 4 jun. 2023.

SÃO PAULO (SP). **DECRETO Nº 58.840 DE 3 DE JULHO DE 2019.** Institui o Programa Grêmios Estudantis na Rede Municipal de Ensino de São Paulo. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, [2019]. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58840-de-3-de-julho-de-2019#:~:text=Art.,cidadania%20e%20o%20engajamento%20democr%C3%A1tico>. Acesso em: 4 jun. 2023.

SÃO PAULO (SP). **PORTARIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME Nº 3.376 DE 6 DE JUNHO DE 2022.** Destina recursos financeiros extraordinários às Associações de Pais e Mestres – APMs, das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, e APMSUACs dos Centros Educacionais Unificados – CEUs, e dá outras providências [2022]. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-educacao-sme-3376-de-6-de-junho-de-2022>. Acesso em: 4 jun. 2023.

SÃO PAULO (SP). **Grêmios Estudantis de São Paulo terão verba de 5 mil reais para utilizar nas escolas**. São Paulo, 05 de jul. de 2019. Disponível em: <<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/gremios-estudantis-de-sao-paulo-terao-verba-de-5-mil-reais-para-utilizar-nas-escolas/>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

SÃO PAULO (SP). **Grêmios estudantis são eleitos em mais 500 escolas da Rede Municipal**. São Paulo, 04 de mai. de 2023. Disponível em: <<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/gremios-estudantis-sao-eleitos-em-mais-500-escolas-da-rede-municipal/>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

SILVA, A. V. da; SANTOS, V. A. da S.. O grêmio estudantil e a gestão democrática: um estudo de caso no município de Messias-Alagoas. **J. Pol. Educ-s**, Curitiba , v. 13, e62082, 2019 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-19692019000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 jun. 2023. Epub 18-Jul-2022. <https://doi.org/10.5380/jpe.v13i0.62082>.

UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). História UBES. Disponível em: <https://ubes.org.br/memoria/historia/>. Acesso em: 16 de Jul 2023.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 3, n. 4, 2012. DOI: 10.22420/rde.v3i4.109. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/109>. Acesso em: 5 jun. 2023.

ZAMBON, G. F. de O.; SANTOS, L. B. dos. O funcionamento dos grêmios estudantis e a gestão democrática das escolas: possíveis relações. **Revista Triângulo**, Uberaba - MG, v. 12, n. 3, p. 38–55, 2019. DOI: 10.18554/rt.v0i0.3833. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/3833>. Acesso em: 4 jun. 2023.